

Mulheres com HIV: nenhuma conquista a menos! , por Rafaela Queiroz

[\(Agência de Notícias da AIDS | 14/06/2021 | Por Rafaela Queiroz | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

“PositHIVas, Sim. Nenhum direito a menos!”, este foi o tema escolhido do 9º Encontro Nacional do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas - MNCP, que diferente de outros encontros foi preciso se reinventar para realizá-lo em formato virtual, devido a triste circunstância atípica que se encontra nosso país. Nós do MNCP, mesmo sabendo e vivenciando a importância do contato físico entre mulheres vivendo com HIV e AIDS, respeitamos e acreditamos nas recomendações de isolamento social, assim jamais colocaríamos nossas cidadãs em risco, até porque muitas de nós sofreremos diretamente com a síndrome respiratória causada pelo quadro do COVID19.

Foram muitas perdas ao longo desta pandemia da COVID19, o que nos fez lembrar também das perdas que tivemos ao longo desses anos de pandemia da AIDS. Na pandemia da AIDS, não falamos apenas de perdas de pessoas, mas de direitos e conquistas! Foi nesse processo de reflexão entre passado e presente que entre os dias 8 à 10 de junho, cerca de 60 mulheres vivendo com HIV e Aids de todo Brasil estiveram reunidas remotamente para pensar e construir ações e fortalecimento para o futuro, dialogando sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos; Saúde Mental e Auto cuidado; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; e Fortalecimento Institucional.

As apresentações foram riquíssimas, o que permitiu que as cidadãs posithivas sentissem confortáveis e abertas a todas informações e orientações, além de compartilhar vivências e inquietudes com as/os convidadas/os. Destacarei alguns pontos que já são demandas de longo prazo das mulheres vivendo com HIV e AIDS (MVHA). Porém antes de destacar tais pontos, ressalto conforme prevíamos o acesso à internet dificultou a participação de uma parte das selecionadas, pois é uma realidade existente e que afastam muitas mulheres

de acessos a informações e trocas de vivências, o que se agrava esse isolamento social enfrentado durante esta pandemia, ainda sem previsão de controle no Brasil. A dificuldade de participação aos principais meios de troca e de informação ainda seguem sendo uma barreira para também chegarmos as MVHA que desconhecem a existência de movimentos de mulheres sejam eles com ou sem HIV.

**Rafaela Queiroz é psicóloga e secretária executiva do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas.*

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas lança projeto de empoderamento para mulheres com HIV/aids

O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas lança nessa sexta-feira (24) o Projeto Empoderamento Feminino de Mulheres Vivendo com HIV/aids em Estratégias de Lobby, Advocacy e Comunicação Digital. A iniciativa tem como objetivo principal realizar um planejamento de ações de advocacy e incidência política por meio das mídias sociais, buscando a garantia dos direitos das mulheres vivendo com HIV/aids e suas interfaces.

[\(Agência Aids, 23/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A primeira oficina sobre comunicação prevista no projeto já está acontecendo nessa quinta-feira (23), na cidade de São Paulo. Dez mulheres que compõem a Secretaria Nacional do MNCP recebem orientações sobre comunicação e mídias digitais e, dedicam-se no planejamento das atividades e organização

das campanhas publicitárias em um workshop com a diretora da Agência de Notícias da Aids, Roseli Tardelli.

Em um período de nove meses serão realizadas oficinas e capacitações em cinco regiões do país, treinamento das lideranças dos estados para assumirem papéis de intermediadoras entre as mídias sociais, públicos que acessam e, mulheres que buscam auxílio, orientação e acolhimento através dessas mídias.

Também serão construídas campanhas e peças publicitárias, materiais gráficos, faixas, cartazes e camisetas com mensagens afirmativas e, ações coordenadas nos estados, alusivos ao Dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, evidenciando todo tipo de retrocessos e desafios nos aspectos de gênero, raça, desigualdades sociais das mulheres no contexto da violência, do estigma, do preconceito, com diversos materiais publicitários, assim como articulação com outros movimentos de mulheres e reuniões com tomadores de decisão incidindo sobre as políticas de HIV/aids.

A realização deste projeto possibilitará o fortalecimento das mulheres que vivem com HIV/aids para incidirem, através das mídias sociais do MNCP e parceiros, bem como, levantar demandas, ampliar a comunicação, divulgar e visibilizar as ações realizadas de forma ampla.

Por Redação Agência da Aids

Gestos lança campanha para reduzir estigma e preconceito contra mulheres que recorrem

ao aborto previsto em lei

A **Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero** lançou nesta sexta-feira (04/10/2019) a campanha **“Aborto legal: não julgue, acolha”** – que chama atenção da sociedade para a necessidade de dar acolhimento e solidariedade às mulheres que precisam recorrer ao aborto, nos casos previstos em lei. O lançamento da campanha **“Aborto legal: não julgue, acolha”** faz parte da mobilização internacional pela descriminalização do aborto, iniciada em 28 de setembro (dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina) e encerra a **Semana Pela Vida das Mulheres e das Pessoas com Útero**.

[\(Gestos, 07/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com cartazes, vídeos, mídias sociais, entre outros suportes, a intenção é alertar sobre a situação de milhares de mulheres no Brasil que sofrem com estigma e discriminação por precisarem recorrer ao aborto nos casos determinados pela Constituição Federal. Esta situação muitas vezes impede que as mulheres tenham acesso ao aborto seguro.

No Brasil, o direito ao aborto é garantido em três casos. No caso de risco de morte da mulher grávida; em caso de feto com anencefalia (sem o cérebro); e em caso de a gestação ser resultado de um estupro.

Os movimentos de HIV/AIDS e os movimentos pelo aborto legal e seguro compartilham alguns aspectos em suas demandas como, por exemplo, o princípio da autonomia de cada pessoa sobre seu próprio corpo, como também o enfrentamento do estigma e do preconceito. A Gestos enxerga que existe um perfil que une as pessoas vivendo com HIV/Aids e as mulheres que precisam recorrer ao aborto legal.

Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (2016), os grupos com maior frequência de prática do aborto são as mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Este perfil coincide com o da infecção de mulheres pelo HIV – que também enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde e são vítimas de estigma por conta da sorologia.

Com esta campanha, a Gestos quer contribuir para a superação da discriminação contra as mulheres vivendo com HIV e das mulheres que recorrem ao aborto legal. “Temos uma bandeira comum. Tanto para as pessoas que vivem com HIV e Aids, quanto para as mulheres que buscam os serviços que realizam o aborto nos casos previstos em lei, a situação é de estigma e preconceito. O aborto não é planejamento reprodutivo; é sempre uma situação difícil. Entendemos que essas mulheres estão numa situação muito delicada, de bastante sofrimento, e por isso propomos esta reflexão sobre a necessidade do acolhimento”, ponderou Alessandra Nilo, coordenadora-geral da Gestos, durante o lançamento da campanha.

No contexto político brasileiro atual, aumentaram os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, com aumento do espaço para pautas contrárias aos direitos, enquanto as organizações não-governamentais seguem desafiadas a defenderem o acesso a serviços que, por lei, deveriam ser garantidos a todas e todos.

A Gestos entende que esse contexto prejudica e enfraquece ainda mais as populações mais vulneráveis - com maior dificuldades de acessar direitos. Além das mulheres seguirem com acesso limitado aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, intensificam-se os ataques à legislação nacional, através de vários projetos de lei que tentam impedir a realização do aborto nos casos já previstos por lei. A assessora de Programas da Gestos, Juliana Cesar, lembrou da dificuldade que as mulheres têm de acessar os serviços disponíveis para realizar o aborto nos casos previstos em lei.

“As mulheres costumam sofrer com o estigma e o preconceito em várias situações, inclusive em casos de aborto espontâneo. Há vários relatos de mulheres que chegaram ao serviço de saúde nestas condições, com sangramento e dores, que são mal tratadas e interrogadas no serviço de saúde antes de receberem o atendimento. Nos casos de interrupção da gravidez previstas em lei no Brasil, muitas vezes as mulheres não têm conhecimento de seus direitos”, detalhou Juliana Cesar, sobre os casos de gravidez decorrente de estupro.

“Nesta situação, para ter acesso ao serviço de saúde, não precisa apresentar boletim de ocorrência, nem exame de corpo de delito. O relato da violência

sexual já é suficiente para dar acesso a essas mulheres à interrupção da gravidez. O que acontece é que muitas vezes por medo, por desconhecimento e por se sentirem constrangidas, as mulheres deixam de procurar ou desistem de procurar os serviços de saúde adequados e acabam realizando procedimentos inseguros, colocando em risco suas vidas”, destacou Juliana Cesar.

Dessa forma, a Gestos entende que tanto pessoas que vivem com HIV, quanto as mulheres e pessoas com útero que necessitam acessar serviços legais de aborto seguem alvo de julgamento e têm o direito à saúde prejudicado e, muitas vezes, impedido. A discriminação, o estigma e a violência colocam em risco as vidas dessas pessoas.

É preciso comunicar que negar o direito ao aborto nos casos previstos em lei é um ato de violência. Criminalizar e estigmatizar não impedem que as pessoas se infectem com o HIV, ou precisem abortar. A garantia aos direitos sexuais e reprodutivos é um passo importante para uma sociedade justa. Acolher quem precisa abortar é urgente e pode evitar a morte de muitas mulheres.

Sobre o aborto no Brasil e no Mundo

Estima-se que por ano, no mundo, 25 milhões de abortos inseguros sejam realizados. No Brasil, por ano, 500 mil mulheres fazem aborto. As estatísticas apontam que uma em cada cinco mulheres de até 40 anos já fez um aborto. Destas mulheres, 88% delas professam alguma religião e 67% têm filhos.

Segundo o Ministério da Saúde, só em 2017 foram gastos R\$ 50,7 milhões em internações por complicações de abortamentos. Quase 50% das mulheres que realizam abortos inseguro buscam o SUS em condições mais graves e difíceis de tratar. São casos de hemorragia, infecções do trato reprodutivo, infecções do trato genital superior, choque séptico, perfuração de vísceras, traumatismos genitais e sequelas, como a dor pélvica crônica e infertilidade (OMS/2013).

O Ministério da Saúde atesta que o aborto é a 5ª causa de morte materna no país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), quando realizado em

condições adequadas o aborto é mais seguro que um parto. E quanto menor a idade gestacional, mais seguro será o procedimento.

Violência sexual

Dados do IPEA publicados no estudo “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, em 2014, mostram 7,1% dos estupros resultaram em gravidez.

Segundo o Ministério da Saúde informou em 2018, na ADPF 442, entre os anos de 2011 e 2016, 4.262 adolescentes de 10 a 19 anos tiveram uma gestação resultante de estupro e o conseqüente nascimento do bebê. Esse dado atesta que o direito previsto na lei não está sendo cumprido por várias razões, entre elas, a falta de informações. Desse total de casos, 1.800 meninas estavam na faixa de 10 a 14 anos. Entre 2017 e 2018, 52,8% dos estupros contra mulheres foram cometidos contra meninas menores de 13 anos. Em 68% das ocorrências o autor da violência sexual é um familiar.

No caso de anencefalia, as estatísticas apontam que mais de 400 mulheres têm bebês anencéfalos por ano no Brasil, mesmo com a permissão legal de realizar o aborto nessas condições desde 2012.

#abortolegalnãojulgueacolha

OMS divulga atualização sobre contracepção hormonal e risco de infecção por HIV

Diretriz tem em conta que mulheres com alto risco de contrair o vírus podem usar qualquer forma reversível de contracepção; medidas têm maior influência na África Subsaariana, região com as mais altas taxas de

transmissão do vírus.

[\(ONU News, 02/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Organização Mundial da Saúde, OMS, publicou orientações atualizadas sobre o uso de contraceptivos. As novas diretrizes têm em conta as confirmações de um estudo revelando que mulheres com um alto risco de contrair HIV podem usar qualquer forma de contracepção reversível.

Entre os métodos que, segundo a pesquisa, não representam um aumento do risco de infecção estão injetáveis, implantes e somente os dispositivos intrauterinos de cobre que também são conhecidos por DIUs.

Métodos

A diretriz da OMS enfatiza, no entanto, que o uso correto e consistente desses métodos contraceptivos não protege tanto do HIV como de outras infecções sexualmente transmissíveis.

A agência também recomenda que seja fornecida a profilaxia pré-exposição, conhecida por PrEP, em locais onde a incidência do vírus é superior a 3%, sempre que for apropriado. Essa medicação impede que o vírus infecte o organismo, antes de ter contacto com a pessoa em risco.

A nova diretriz da OMS é publicada na sequência de uma revisão de recentes evidências científicas e destaca que as mulheres devem ter acesso a opções e métodos contraceptivos.

De acordo com diretor executivo da OMS para Cobertura Universal de Saúde, “as evidências mostram que o risco de uma mulher contrair HIV não deve restringir a escolha de contraceptivos”. Peter Salama destacou que todas as mulheres devem ter acesso a uma ampla gama de opções de contracepção e prevenção do vírus.

Diretrizes

O anúncio seguiu-se a uma reunião do grupo de desenvolvimento de diretrizes, que avaliou todas as evidências sobre contracepção hormonal e o

risco de infecção por HIV que foram publicadas em 2016. O encontro também examinou o que foi confirmado sobre os DIUs e o risco de contaminação pelo vírus.

Essas recomendações são válidas em nível global, mas têm maior influência na África Subsaariana, região que apresenta as taxas mais altas de transmissão do HIV do mundo. De acordo com a OMS, a área enfrenta ainda os maiores desafios de fornecimento das mais amplas opções de contraceptivos.

Cerca de um quarto das mulheres africanas com idades entre 15 e 49 anos desejam adiar ou impedir o nascimento de filhos, mas têm acesso limitado aos métodos de contracepção moderna.

O estudo de evidência para opções contraceptivas e resultados do HIV, Echo, não apresenta diferenças estatisticamente significativas sobre a contaminação entre mulheres que usam um anticoncepcional como a injeção de acetato de medroxiprogesterona de depósito intramuscular, os DIUs de cobre ou o implante de levonorgestrel.

Serviços

A pesquisa realizada na África do Sul e na Zâmbia também revela haver altas taxas de infecção pelo HIV e por infecções sexualmente transmissíveis entre mulheres que procuram serviços contraceptivos.

Os maiores índices são apresentados particularmente entre as mais jovens, independentemente de qual dos três métodos contraceptivos vem sendo usado por elas.

ABIA lança Guia do Sexo Mais Seguro para Mulheres Trans e Travestis

A ABIA acaba de lançar mais uma edição do Guia do Sexo Mais Seguro, coordenado pelo Projeto Diversidade Sexual, Saúde e Direitos entre Jovens, com foco as mulheres trans e travestis. O objetivo é visibilizar práticas comportamentais e sexuais diversas, com foco na sexualidade, nos corpos e prazeres mútuos de forma individual e coletiva com vistas às novas tecnologias de prevenção ao HIV e demais infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). O lançamento aconteceu no Scorial Hotel Rio, localizado no Flamengo (RJ), e contou com a participação massiva de mulheres trans e travestis que, além de contribuírem com o debate no lançamento, colaboraram durante o processo de produção do material.

[\(ABIA, 02/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A publicação é o terceiro volume impresso do Guia do Sexo Mais Seguro, um repositório de informações online sobre a prevenção do HIV e da AIDS e das demais ISTs. Já foram impressos materiais específicos para homens que fazem sexo com homens (HsH) e mulheres cis (heterossexuais). “A prevenção é muito mais do que camisinha, é esclarecer sobre sexualidade. Nós da ABIA, na história da nossa instituição, sempre falamos sobre prevenção, trabalhando também as questões do corpo, do prazer, da sexualidade. Nesses tempos tão sombrios, em que se sobressaltam os discursos conservadores e a censura, esse material é algo extremamente ousado e necessário”, afirmou Vagner de Almeida, coordenador do Projeto Diversidade Sexual, Saúde e Direitos entre Jovens da ABIA. Todas as publicações estão disponíveis online.

O Guia do Sexo Mais Seguro para Mulheres Trans e Travestis contou com a participação delas na produção do conteúdo. A ABIA convidou mulheres trans e travestis do Rio de Janeiro de diferentes idades e perfis. Uma das voluntárias foi a trans Luciana Vasconcellos que se emocionou ao falar da participação na confecção do material: “só tenho que agradecer todo o

carinho, o apoio e o cuidado que a ABIA e o Projeto sempre tiveram com a gente. [...] Até alguns anos atrás eu não sabia da importância da prevenção e do uso da camisinha. Até eu me conscientizar, outras meninas me ajudaram muito. Então espero que esse material sirva para aquela menina trans e travesti que está lá na pista, é pobre e não tem acesso ao conhecimento e à essa oportunidade que a ABIA nos permite”, afirmou Vasconcellos.

Outra que celebrou a chegada do novo guia foi a Wescla Vasconcelos, pedagoga e representante do Fórum de Travestis e Transexuais do RJ. “Esse é o primeiro material que eu vejo desse tipo, focado nas mulheres trans. Infelizmente, as mulheres trans ainda são contabilizadas como HsH (Homens que fazem sexo com Homens) mesmo as redesignadas, o que é mais um reflexo de como a Saúde e os corpos das mulheres e das pessoas trans são negligenciados em nossa sociedade”, disse a pedagoga.

O lançamento Guia do Sexo Mais Seguro para Mulheres Trans e Travestis marcou o encerramento da oficina, “Interseccionalidade - Enfrentamento da Epidemia de AIDS no Brasil Contemporâneo”. Organizada pelo Projeto Diversidade Sexual, Saúde e Direito entre Jovens, a atividade reuniu jovens ativistas e articuladores de diversos estados do Brasil para debater questões relacionadas ao enfrentamento das opressões estruturais (por exemplo, a lgbtfobia e o racismo) relacionados com o HIV/AIDS e a prevenção.

“A epidemia de AIDS veio à tona não apenas como uma questão de saúde, mas ela deu visibilidade a comunidade LGBT, como também ao preconceito, as opressões e todos esses temas que se interseccionam e que nós debatemos tanto aqui hoje. Nossa expectativa é que este novo material também sirva para debater essas questões, além de levar informação, prevenção e a ousadia para a população trans”, concluiu Vagner de Almeida.

Acesse o Guia do Sexo Mais Seguro para Mulheres Trans e Travestis [aqui](#).

Por Maria Lúcia Meira (estagiária), Edição e supervisão: Angélica Basthi

Guia dá diretrizes sobre igualdade de gênero em serviços de saúde para HIV

O HIV não está somente condicionado pela desigualdade de gênero, mas também a fortalece, fazendo com que as mulheres fiquem mais vulneráveis. Oferecer intervenções em saúde sexual e reprodutiva para mulheres que vivem com HIV baseadas em princípios de igualdade de gênero e direitos humanos pode ter impacto positivo sobre a qualidade de vida; significa também um passo adiante rumo a melhor estado de saúde e [igualdade no longo prazo](#).

[\(ONU Brasil, 05/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O trecho foi extraído do sumário executivo do [Guia Consolidado sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos das Mulheres que Vivem com HIV/AIDS](#), uma publicação conjunta da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), com Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), outros organismos das Nações Unidas e parceiros, recém-traduzida para o português.

O documento responde a demandas de organizações, instituições e pessoas que buscavam uma diretriz que reunisse as recomendações existentes específicas para mulheres que vivem com HIV e recomendações de boas práticas.

A expectativa dos organizadores do documento, publicado originalmente em inglês em 2017, é de que “o nova guia apoie as equipes de saúde que estão na linha de frente, os administradores e gestores de políticas de saúde em todo o mundo, para uma melhor abordagem de saúde sexual e reprodutiva e de direitos (SSRD) das mulheres que vivem com HIV”.

Ela reúne diretrizes sobre questões como a ampliação de acesso a serviços de HIV, a qualidade dos resultados de saúde sexual e reprodutiva e direitos (SSRD) das mulheres vivendo com HIV, e a promoção da igualdade de

gênero.

“Este guia toma como ponto de partida o momento em que uma mulher descobre que está vivendo com HIV, portanto, inclui aspectos fundamentais da prestação de serviços de SSRD abrangentes e que ofereçam apoio às mulheres que vivem com HIV”, informou a publicação.

As mulheres que vivem com HIV enfrentam desafios únicos e violações de direitos relacionados à sexualidade e à reprodução, não apenas dentro de suas famílias e comunidades, mas também nas instituições de saúde onde buscam atendimento. A publicação destacou, portanto, a importância de gerar um ambiente favorável para apoiar, de forma mais efetiva, as intervenções e os resultados de saúde.

O guia destaca também o fato de as mulheres estarem mais suscetíveis à repressão, à violência (incluindo sexual e reprodutiva), à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, além do preconceito que enfrentam devido ao gênero, entre outras privações. O documento propõe, por meio de estudos reunidos e diretrizes, auxiliar na indicação dos primeiros passos para a mulher quando descobre que está vivendo com HIV.

O documento aponta que, em 2015, 17,8 milhões de mulheres com 15 anos ou mais viviam com HIV, ou seja, 51% dos adultos vivendo com o vírus. O estudo traça também dados sobre as adolescentes e mulheres jovens entre 15 a 24 anos. Em 2015, 60% dessa faixa etária se enquadravam no grupo de pessoas vivendo com HIV, o que correspondia por 58% dos novos casos.

Uma das metas do guia é reverter esse quadro ajudando os países a planejar, desenvolver e monitorar com boas práticas os serviços de promoção de igualdade de gênero e direitos humanos para as mulheres que vivem com HIV.

O estudo sugere recomendações em diferentes categorias, percorrendo pontos importantes sobre os direitos das mulheres, como: sexualidade saudável durante o curso da vida; proteção contra a violência e geração de segurança de vida; emponderamento da comunidade; aconselhamento e apoio em saúde sexual; serviços contra a violência contra a mulher; serviços

de planejamento familiar e infertilidade; cuidados pré-natal e serviços de saúde materna; inclusão social e aceitação; leis e políticas de apoio e acesso à Justiça; entre outros tópicos.

A elaboração do documento contou com a colaboração de parceiros externos e organismos especializados no estudo da prevenção e transmissão do HIV. Assim como o UNAIDS, o Fundo Global de Luta Contra AIDS, Tuberculose e Malária, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) também colaboraram com o desenvolvimento do estudo.

O guia apresenta também uma publicação orientada por UNAIDS/OMS, de 2000, intitulada “Abrindo a epidemia de HIV/AIDS: orientação sobre o incentivo a benefícios, divulgação, aconselhamento ético de parceiros e uso apropriado de relatos de casos de HIV”, que indica a importância de estudar e proteger quem vive com HIV no mundo.

“O UNAIDS e a OMS encorajam revelações benéficas. Isto é, revelações voluntárias que respeitem a autonomia e a dignidade dos indivíduos afetados, que mantenham confidencialidade como conduta apropriada, que levem a resultados benéficos para aqueles indivíduos, suas famílias e parceiros sexuais ou de uso de drogas injetáveis, que levem a uma maior abertura na comunidade a respeito de HIV/AIDS e que cumpram imperativos éticos da situação onde há necessidade de evitar futuras transmissões de HIV”, destacou o texto do documento.

O primeiro erro do governo

Bolsonaro na luta contra o HIV, por Rico Vasconcelos

Essa foi uma semana de muitas mudanças em todo o Brasil por conta dos governos recém-empossados. Isso já era esperado, uma vez que novas equipes devem se formar para por em prática os planos do atual governo. Nesse processo, equipes antigas se dissolvem, caso não se enquadrem na nova coreografia vigente.

[\(UOL, 18/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Entretanto, uma mudança recebida com muita preocupação e tristeza pela luta contra o HIV/Aids no Brasil foi a exoneração da Diretora do Departamento de ISTs, HIV/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dra Adele Benzaken.

A gravidade do fato não vem da exoneração em si, mas das entrelinhas dessa história. O motivo dessa exoneração, o aval da diretora para uma cartilha de orientações de saúde integral para homens trans, apavora qualquer pessoa que trabalha com prevenção e tratamento de HIV no Brasil ou no mundo.

Caso se tratasse de uma denúncia de desvio de dinheiro do departamento, da piora nos indicadores da epidemia de HIV no país ou até mesmo do alinhamento político com algum posicionamento divergente ao da chapa eleita, ainda seria compreensível.

Benzaken, em sua gestão, fez despencar as taxas de mortalidade por aids e de transmissão do HIV de mães para filhos, incorporou as mais modernas tecnologias de prevenção e tratamento do vírus ao SUS, e ainda por cima fez o Brasil economizar dinheiro por conseguir manter o departamento dentro do orçamento previsto. Mas a sua demissão ocorreu por ter respeitado um dos princípios previstos pela constituição: o da equidade.

O conceito de equidade, em saúde pública, é aquele que diz que um governo não deve dar uma atenção à saúde idêntica para todos os cidadãos. Mas deve sim oferecer aquilo que cada indivíduo mais necessita. Entendendo os

diferentes contextos de vida para identificar as demandas específicas de cada grupo.

Um exemplo simples para você entender o que estou falando seria um programa de planejamento familiar. Faz muito mais sentido, para um gestor de saúde, priorizar nesse programa a população jovem do que a terceira idade, não faz? Mulheres jovens precisam ter acesso a anticoncepcionais. Mulheres idosas, não. Muito menos os homens. Já os homens trans, se beneficiariam e muito de uma cartilha com orientações sobre sua saúde, pois a saúde pública nunca sequer olhou para eles.

Voltando ao HIV, o Brasil tem uma epidemia que historicamente se concentra nas chamadas populações chave, que incluem, entre outros, as pessoas trans e os homens gays e bissexuais. Essa concentração é o resultado da também histórica exclusão social e precária atenção à saúde a que esses indivíduos são submetidos.

Para se ter sucesso no controle da epidemia de HIV no Brasil, esses grupos devem ser priorizados nas políticas públicas de ampliação do acesso à saúde. Esses e todos os demais grupos que são diariamente deixados de lado pela sociedade.

Dra Adele, como uma boa estudiosa do assunto, sabia o que precisava ser feito. E por isso lançou, no final do ano passado, a “Agenda estratégica para ampliação do acesso e cuidado integral das populações-chave em HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis”, um plano longo e abrangente para melhorar a saúde desses grupos. Cabe agora saber se o novo governo vai continuar fazendo o que precisa ser feito e colocar a agenda em prática, ou basear as ações do departamento em seus achismos e preconceitos.

A luta contra o HIV/Aids é uma ciência séria que envolve muitas questões essencialmente técnicas. Da mesma forma como no enfrentamento de uma crise econômica esquecer da inflação seria um erro, na luta contra o HIV não se pode ignorar a saúde LGBT.

A história da epidemia de HIV já nos mostrou que quando se tentou sobrepor

com uma opinião as questões técnicas, o resultado foi catastrófico. Dra Adele Benzaken foi exonerada por ter feito o que era certo. Ela priorizou as populações chave nas políticas públicas de saúde. Sem isso veremos imediata piora nos indicadores da epidemia de HIV no Brasil.

Pense no assunto. Conheça as propostas da agenda estratégica, aproveite e participe das atividades do Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/jan). E enfim, reflita sobre o motivo da existência dessa data.

Política moralista só fez aumentar taxa de transmissão de HIV entre jovens, por Claudia Collucci

Interferência de bancada conservadora em campanhas de saúde pública deve crescer

[\(Folha de S.Paulo, 01/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

É preocupante a [fala do novo ministro da Saúde na gestão de Jair Bolsonaro](#), o médico Luiz Henrique Mandetta, de que o Estado tem que tomar cuidado para não ofender as famílias com campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids.

Mandetta não deixa claro que tipo de abordagem caracterizaria uma “ofensa às famílias”, muito menos a que modelo familiar ele se refere. Mas a história tem mostrado que quando falsos moralismos se sobrepõem às evidências científicas há impactos muito negativos nas políticas de saúde.

Não é de hoje que a bancada conservadora do Congresso interfere

diretamente em campanhas públicas de saúde, especialmente nas que dizem respeito às infecções sexualmente transmissíveis. Foi por pressão dela que o Ministério da Saúde, no período que antecedeu ao Carnaval de 2012, suspendeu a exibição de propaganda com foco na prevenção do HIV em jovens gays.

Em março de 2013, também mandou recolher um material de prevenção das DSTs/Aids dirigido a adolescentes, que abordava temas como a homossexualidade, drogas e gravidez. Ainda houve vetos em campanha voltada para as prostitutas, grupo que representa entre 10% e 15% das mulheres infectadas pelo HIV no país.

Nos últimos anos, também por pressão dos conservadores, reinou no ambiente escolar um silêncio sobre sexualidade, riscos, questões de gênero e preconceito. Tudo isso sob o manto das administrações petistas.

Bolsonaro já disse, por exemplo, ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”, afirmou em novembro.

Para pesquisadores, a interferência conservadora pode ser uma das causas do aumento da taxa de transmissão do HIV entre meninos de 15 a 19 anos. Entre 2006 e 2015, ela triplicou nessa faixa etária, segundo estudo encomendado pelo Ministério da Saúde, divulgado em maio. [Entre jovens de 20 a 24 anos, duplicou. São Paulo é a cidade com maior prevalência do vírus, com 24.8%.](#)

“O crescimento do apoio da bancada ‘boi, bala e bíblia’ em um Congresso considerado o mais conservador na história da democracia do país levou a redução nas pautas de gênero e sexualidade e reduziu o apoio a programas que focam nas necessidades de homens que fazem sexo com homens”, diz o estudo.

Mas não é só isso. A mudança no comportamento sexual entre os jovens, que não teme mais a Aids, também influencia no aumento da taxa de transmissão do vírus. O estudo mostra que é justamente a faixa etária mais infectada que

dá menos importância ao sexo seguro e ao risco de contrair HIV por acreditar na eficácia dos tratamentos disponíveis na saúde pública e medicamentos de profilaxia.

Na entrevista, Mandetta faz críticas à atual política de controle do HIV, dizendo que é necessário rever o padrão de comunicação nessas campanhas. A própria pesquisa encomendada pelo ministério concluiu que para a redução da taxa de infectados no Brasil é preciso investir em abordagens e campanhas que envolvam as comunidades LGBT e também que falem com os jovens para conscientizar sobre os riscos da HIV e a importância de se proteger durante o sexo.

Não é com uma política de prevenção moralista que essas metas serão alcançadas, especialmente entre as populações mais vulneráveis. O Brasil já foi considerado um dos países modelos no tratamento da Aids e conseguiu essa resposta graças à combinação de ações, como defesa de direitos civis, combate ao preconceito, aumento da autoestima das populações afetadas, distribuição de preservativos, acesso ao teste de HIV e tratamento com remédios antirretrovirais.

Nos últimos anos, no entanto, o governo federal tem colecionado equívocos que podem levar ao agravamento da epidemia de Aids. A contar pelas declarações da gestão Bolsonaro e pelo aumento da bancada conservadora no Congresso, a coleção de retrocessos deve crescer muito mais a partir desta terça (1º).

Cláudia Collucci

Jornalista especializada em saúde, autora de “Quero ser mãe” e “Por que a gravidez não vem?”.

PositHIVas: Católicas lança mini-documentário sobre mulheres e HIV

Católicas pelo Direito de Decidir lança o mini-documentário *“PositHIVas - Mulheres, HIV e Resistência”*. Dirigido por Leandro Noronha da Fonseca, o trabalho foi realizado em comemoração ao Dia Mundial de Luta Contra a Aids (1º de dezembro), instituído em 1988 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

(Católicas pelo Direito de Decidir, 21/12/2018 - acesse no site de origem)

O mini-documentário tem como objetivo trazer as questões de gênero ao debate do HIV/Aids, reforçando a luta pela garantia das políticas de Aids no Brasil e pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Baixe gratuitamente o livro *Mulheres, Aids e Religião*](#)

O vídeo conta com a participação de Rafaela Queiroz (conhecida como Rafuska), psicóloga, integrante do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP) e criadora da página [FlorescerS2](#), que aborda os temas de feminismo, HIV, negritude, resistência e poesia.

Outra integrante do MNCP que contribuiu com o debate foi a assistente social Sandra Paiva. O time de entrevistadas também incluiu a psicóloga Cristina Santos, da equipe de Prevenção do Programa Municipal de DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

O mini-documentário conta com imagens do Ato em Defesa da Política de Aids no Brasil, realizado em 30 de novembro na Avenida Paulista, em São Paulo. Com realização do Fórum das ONG/Aids do Estado de São Paulo (FOAESP), o Movimento Paulistano de Luta Contra a Aids (MOPAIDS) e o Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids (NEPAIDS), a mobilização contou com a participação de ONGs, coletivos e ativistas autônomos.

[Confira as fotos do Ato em Defesa da Política de Aids no Brasil](#)

A música [Olhos Amarelos](#) tem autoria de Silvino e Theo Canello e compõe a trilha sonora do vídeo. Radicado em São Vicente, região litorânea de São Paulo, o cantor e compositor Silvino aborda em seus trabalhos temas como gênero, sexualidade e direitos humanos. Elogiada pela cantora Elza Soares, a música “Olhos Amarelos” foi lançada em 2017 e fala sobre o estigma e o preconceito que ainda cercam o cotidiano das pessoas vivendo com HIV. Conheça o trabalho do artista pelo [Facebook](#) e [YouTube](#).

Assista abaixo o mini-documentário e não deixe de curtir e compartilhar:

Quer saber mais sobre HIV/Aids? Seleccionamos abaixo alguns links importantes. Confira:

- [Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais - Ministério da Saúde](#)
- [Programa Estadual de DST/AIDS de São Paulo](#)
- [Programa Municipal de DST/AIDS de São Paulo](#)
- [Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS \(UNAIDS\)](#)
- [Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS \(ABIA\)](#)
- [Agência de Notícias da Aids](#)
- [Grupo de Incentivo à Vida \(GIV\)](#)
- [Instituto Vida Nova](#)
- [Grupo Pela VIDDA - RJ](#)
- [Grupo Pela VIDDA - SP](#)
- [Gestos - Recife](#)
- [Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas \(MNCP\)](#)
- [Fórum das ONG/Aids do Estado de São Paulo \(FOAESP\)](#)
- [Coletivo Loka de Efavirenz](#)
- [Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids \(RNAJVHA\)](#)
- [Fundação Poder Jovem](#)

FICHA TÉCNICA:

Título: PositHIVas - Mulheres, HIV e Resistência

Direção: Leandro Noronha da Fonseca

Imagens: Leandro Noronha da Fonseca e Elisa Gargiulo

Edição: Elisa Gargiulo

Duração: 13':46"

Música: Olhos Amarelos (Silvino/Theo Canello)

Ano de lançamento: 2018

Cidadãs PositHIVas de São Paulo realizam VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids - SP/SP, 13 a 15/12/2018

O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas do Estado de São Paulo (MNCP) realizará o VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids entre os dias 13 e 15 de dezembro. Trinta mulheres que vivem com HIV/aids no estado de São Paulo discutirão o tema “Saúde da Mulher e suas Vulnerabilidades e Especificidades”.

[\(Agência AIDS, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O evento tem por objetivo promover a troca de experiências, mobilizar reflexões que gerem mudanças pessoais visando o fortalecimento e empoderamento das mulheres que vivem com HIV/Aids, para o enfrentamento da violência contra a mulher e o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a integralidade da saúde da mulher nas políticas públicas de saúde.

Nesta ocasião estarão sendo homenageadas três mulheres, cuja contribuição tiveram impacto incisivo na maneira como o MNCP se organiza no Brasil e incide sobre as políticas públicas para o HIV/Aids.

Nair Brito, fundadora do MNCP e a primeira pessoa a exigir, judicialmente, anti-retrovirais gratuitos, abrindo caminho para que todas as pessoas tenham acesso ao tratamento e direito à vida. Jenice Pizão pelo trabalho nos países de língua portuguesa com o objetivo de que para que as mulheres tivessem consciência de seus direitos e poder de atuação. E Adriana Aros, membro do MNCP no Estado de São Paulo que contribuiu de forma significativa para capacitação de novas lideranças.